

**PROJETO BÁSICO  
INTEGRADO COM REQUISITOS DO ETP E DO ANTEPROJETO**

**1. ÓRGÃOS INTERESSADOS**

- 1.1. Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC.
  - a) Responsável pela solicitação da contratação e pela despesa pública.
- 1.2. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo – SEINFRA.
  - a) Responsável pela confecção/aprovação do Projeto Básico e pelo gerenciamento da execução da obra.

**2. RESUMO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 SALAS, COM 171,50 M², NO CENTRO MUNICIPAL INFANTIL PINGO DE GENTE, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR.

**3. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A identificação do quantitativo e da descrição pormenorizada dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregados na obra estão previstas na planilha orçamentária anexa.

**4. LEVANTAMENTOS PRELIMINARES**

**Local da execução do objeto da contratação:** A obra deverá ser executada no CMEI Pingo de Gente, endereço: Rua Padre Cirilo, n. 1020, esquina com Rua Minas Gerais, no Município de Capanema/PR.

- 4.1. Trata-se de um imóvel público, de propriedade do Município de Capanema, denominado Lote 14 da Quadra 94 do setor SE.
- 4.2. As imagens da situação do imóvel, com a ilustração dos serviços necessários, vão anexas.
- 4.3. Foram realizados os seguintes serviços preliminares que embasaram a confecção dos documentos que compõem o presente Projeto Básico:
  - a) levantamento cadastral, consistente em:
    1. Cadastro Municipal: 16772/1, 16772/3, 16772/4, 16772/5
    2. Inscrição Municipal: 01.02.002.0092.1400.0
    3. Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 2714/97.
    4. A entidade é mantida e administrada pela Prefeitura Municipal de Capanema e sua Unidade Executora – APMF (Associação de Pais Mestres e Funcionários) está registrada com o CNPJ 11.038.453/0001-23, sendo coordenada por uma Irmã da Sociedade das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, sociedade civil, filantrópica e de caráter beneficente, fundada em 22 de junho de 1928, registrada com o CNPJ 60.470960/0001-47.
  - b) levantamento topográfico (documento anexo);
  - c) sondagens e ensaios geotécnicos (documentos anexos);
  - d) locação do imóvel em relação ao perímetro urbano do município.

## 5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÕES TÉCNICAS

- 5.1. As condições de execução do objeto da contratação e as soluções técnicas estão previstas no memorial descritivo anexo.

## 6. O PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A obra e os serviços deverão ser concluídos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a emissão da ordem de serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo.

## 7. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 7.1. O Contrato terá vigência de 15 (quinze) meses, para fins cadastrais.
- 7.2. O objeto deste Projeto Básico é contratado por escopo, o que impõe ao contratado o dever de concluir a obra no prazo de execução predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- 7.3. O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 7.4. Quando a não conclusão da obra no prazo de execução predeterminado decorrer de culpa do contratado:
- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
  - b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## 8. DEFINIÇÕES APLICÁVEIS AO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1. Para a execução do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

- ☐ empreitada por preço unitário
- ☒ empreitada por preço global
- ☐ empreitada integral
- ☐ contratação por tarefa
- ☐ contratação integrada
- ☐ contratação semi-integrada
- ☐ fornecimento e prestação de serviço associado

Justificativa: Classifica-se a modalidade de execução como empreitada por preço global, uma vez que o preço é fixado para a execução do objeto integralmente. Os pagamentos serão realizados a partir da medição das etapas efetivamente executadas, de modo que não haverá riscos em relação às diferenças de estimativas de quantidades. No entanto, importa destacar que o presente regime é apenas uma sugestão, devendo a Administração Municipal decidir o regime licitatório a ser adotado.

- 8.2. Indica-se que o objeto da presente contratação configura:

- ☒ serviço comum de engenharia
- ☐ serviço especial de engenharia

Justificativa: o objeto envolve técnicas e procedimentos padronizados, amplamente conhecidos e consolidados no setor da construção civil, cuja execução não exige soluções singulares ou projetos de alta complexidade tecnológica.

## 9. CONDIÇÕES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da contratação ocorrerá de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 9.2. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

FUNÇÃO	SERVIDOR	CARGO	PROVIMENTO	LOTAÇÃO
Fiscal Administrativo	Eduarda Bombardelli Lima	Arquiteto e Urbanista	Efetivo	SEINFRA
Fiscal Técnico	Eduarda Bombardelli Lima	Arquiteto e Urbanista	Efetivo	SEINFRA
Gestor da Contratação	Jair Canci	Secretário de Infraestrutura e Urbanismo	CCE	SEINFRA

## 10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos **serão efetuados em parcelas** correspondentes às **medições mensais** a serem feitas de acordo com o estabelecido no **Cronograma físico-financeiro**, considerando os preços unitários constantes da Planilha de Quantidades, todos aprovados pelo órgão competente.
- 10.2. Os pagamentos serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e conforme o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.
- 10.3. Fonte dos recursos financeiros:  
a) **R\$ 413.670,47 (quatrocentos e treze mil seiscientos e setenta reais e quarenta e sete centavos)** proveniente de repasse do FNDE ao Município, conforme dotação orçamentária.

## 11. DAS MEDIÇÕES PERIÓDICAS E DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 11.1. As medições periódicas e os recebimentos provisório e definitivo do objeto da contratação serão realizados de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 7.484/2024 e de acordo com o disposto na minuta padrão do contrato administrativo.

## 12. ORÇAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DOS PREÇOS

- 12.1. A estimativa do valor total da contratação está prevista na planilha orçamentária que vai anexa.
- 12.2. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.
- 12.3. A dotação orçamentária específica será indicada pelo Departamento Contábil e Financeiro.
- 12.4. Os preços unitários dos itens que compõem o objeto da presente contratação foram obtidos por meio da composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item

correspondente do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), nos termos do art. 23, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 12.5.** O valor total da presente contratação será de **R\$ 413.670,47 (quatrocentos e treze mil seiscentos e setenta reais e quarenta e sete centavos).**

**13. DOS REQUISITOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (art. 34, da LCM 14/22) E DO ANTEPROJETO (art. 60, inc. III, da LCM 14/22)**

**13.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 34, inciso I)** com demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado (art. 60, III, “a”): A contratação mostra-se necessária diante da crescente demanda por vagas na educação infantil, notadamente na faixa etária de 0 a 5 anos, conforme aferido pelos levantamentos demográficos locais e pelos cadastros de espera existentes, o qual evidencia a insuficiência da atual estrutura física da creche, comprometendo a qualidade do atendimento pedagógico e de cuidado das crianças. A avaliação da demanda do público-alvo revela que a expansão da rede é imprescindível para assegurar o direito constitucional à educação (art. 205 da CF/88), em consonância com a LDB (Lei nº 9.394/96) e com as metas do PNE. A ampliação garante benefícios coletivos relevantes, como melhor organização dos espaços pedagógicos por faixa etária e por área geográfica, e maior inserção dos pais no mercado de trabalho. Em termos de visão global dos investimentos, a obra prioriza infraestrutura de qualidade, com nível de serviço compatível com os parâmetros de segurança, conforto, acessibilidade e desenvolvimento infantil exigidos pela legislação educacional.

**13.2. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (art. 34, inciso II):** A contratação está alinhada à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), que preveem investimentos estratégicos na área de educação, com o repasse de verbas para a presente contratação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Encontra-se, ainda, em conformidade com as metas do PNE, assegurando a universalização progressiva do atendimento à educação infantil, a valorização da infância e ao fortalecimento da rede de ensino municipal.

**13.3. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 34, inciso V)** com justificativas sobre a estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível; parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade; proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia; projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta (art. 60, III, alíneas “d” a “g”): As alternativas possíveis, como redistribuição de turmas e aluguel de imóveis mostraram-se inadequadas ou economicamente onerosas, com a possibilidade de comprometer a organização pedagógica e acarretar maior dispêndio de recursos e prazo mais dilatado. Dessa forma, a solução técnica mais racional e econômica é a ampliação da

creche existente, aproveitando infraestrutura já implantada (instalações, redes de água, energia e esgoto), garantindo melhor custo-benefício e menor impacto ambiental. O projeto arquitetônico privilegia estética harmônica, funcionalidade, acessibilidade, ventilação e iluminação natural, em conformidade com normas de segurança, durabilidade e conforto ambiental, assegurando economia de manutenção futura.

**13.4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (art. 34, inciso VII) com indicação das condições de solidez, de segurança e de durabilidade da solução (art. 60, III, “b”): A solução contempla a construção de novas salas de aula devidamente adaptadas à faixa etária de 0 a 5 anos, atendendo aos padrões de solidez, segurança e durabilidade exigidos pela legislação técnica e educacional. O conjunto arquitetônico será integrado ao edifício existente, com fluxos adequados de circulação e espaços pedagógicos seguros, proporcionando um ambiente saudável e de longo prazo para as crianças.

**13.5. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (art. 34, inciso IX): Pretende-se com a obra ampliar o número de vagas na creche, reduzindo a lista de espera, bem como elevar a qualidade do processo pedagógico, proporcionando espaços adequados ao desenvolvimento integral da criança. Como resultado social, haverá maior tranquilidade às famílias, que poderão permanecer no mercado de trabalho com segurança quanto ao acolhimento de seus filhos, além do fortalecimento do papel da creche como espaço de aprendizagem, cuidado e socialização.

**13.6. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO** (art. 34, inciso X): Entende-se não haver providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

**13.7. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (art. 34, inciso XI): Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

**13.8. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, MEDIDAS MITIGADORAS E LOGÍSTICA REVERSA** (art. 34, inciso XII): A descrição dos possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras está disposta na matriz de riscos anexa.

**13.9. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO** (art. 34, inciso XIII): Conclui-se pela plena necessidade, oportunidade e conveniência da contratação da obra de ampliação do CMEI Pingo de Gente, por representar medida estratégica e urgente para atender à demanda crescente da educação infantil no município. A medida apresentada possui melhor custo-benefício em comparação às alternativas avaliadas, atende às normas técnicas de segurança, acessibilidade e durabilidade e se coaduna com a política pública de garantia do direito à educação. Trata-se, portanto, de contratação essencial ao interesse público, recomendando-se a sua imediata implementação.



#### 14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE

**14.1. Registro ou inscrição**, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s)**, da região a que estiverem vinculados.

**14.1.1.** No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

**14.2. Capacitação técnico-operacional**, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome do licitante**, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA	85,75 M <sup>2</sup>

**14.2.1.** O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado **de atividade concluída**, ou documento equivalente, **que indique a licitante como empresa contratada**.

**14.2.2. Possibilidade de somatório de atestados:**

Na presente licitação, será ( X ) ACEITO ou (    ) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, conforme art. 15, III da Lei Federal n. 14.133/2021.

**14.3. Capacitação técnico-profissional**, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme o disposto no subitem 14.2 do Projeto Básico.

**14.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante**, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;

- 14.3.2.** Caso o licitante seja cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971;
- 14.3.3.** No decorrer da execução da obra, os profissionais do Contratado poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, §6, da Lei nº 14133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração. **Observa-se que o licitante que sagrar-se vencedor deve manter em sua equipe técnica, durante toda a execução da obra, o responsável técnico.**
- 14.4. Declaração,** conforme modelo a ser disponibilizado como anexo ao Edital, de que o licitante, por intermédio de seu responsável técnico devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.
- 14.1.1. A vistoria ocorrerá conforme agendamento, podendo ser até 3 dias úteis anterior a data da sessão.**
- 14.1.2.** Caso a empresa não queira fazer a visita técnica terá que preencher a Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica.
- 14.1.3.** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 14.5. Declaração** na qual a Licitante manifeste sua total compreensão e conhecimento dos termos contidos na Especificação Técnica deste Edital, conforme modelo anexo a este Edital.
- 14.6. Indicação** do Responsável Técnico ou da Equipe de Profissionais Responsáveis Técnicos que participarão da construção da obra, conforme modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica anexo a este edital. O responsável técnico deverá opor assinatura de aceite na exigência constante acima.
- 14.7. Declaração** formal de que disporá, por ocasião da contratação, das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como contendo o cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos.

## **15. DA DOCUMENTAÇÃO A SER EXIGIDA DA(S) MICROEMPRESA(S) E/OU EMPRESA(S) DE PEQUENO PORTE QUE SERÁ(ÃO) SUBCONTRATADA(S) PELO LICITANTE**

### 15.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Certidão Simplificada original da Junta Comercial ou documento equivalente que ateste a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual;
- d) Declaração escrita conforme anexo do edital, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios legais;
- e) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

### 15.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Estaduais da sede da pessoa jurídica;
- d) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos do Município de Capanema;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- f) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto da subcontratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva, na forma da lei.

### 15.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.3.1. Capacitação técnico-operacional**, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **em nome da ME ou EPP que será subcontratada**, relativos à execução dos serviços que serão subcontratados a ela, a saber:

DESCRIÇÃO	Quantidade
INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR	9,15 M²
PINTURA EM ALVENARIA (INTERIOR E EXTERIOR)	141,84 M²



## 16. DA MATRIZ DE RISCOS

- 16.1. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência:** Encontram-se expostas na matriz de riscos apresentada em anexo.
- 16.2. Frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico:** Definição de equipamentos e técnicas de execução que possam otimizar custos e prazos, desde que expressamente solicitadas e anuídas pelo poder contratante e compatíveis com as diretrizes deste projeto básico.
- 16.3. Frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para o contratado inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução adotado:** Especificações técnicas obrigatórias de materiais e insumos, diretrizes ambientais vinculadas a licenciamento e condicionantes, aspectos estruturais essenciais que devem seguir estritamente o definido em projeto, entre outros.
- 16.4. Segue anexo o arquivo completo da matriz de riscos, incluindo:**
- a) Identificação do tipo de risco;
  - b) Descrição do risco;
  - c) Materialização do risco;
  - d) Mitigação do risco;
  - e) Alocação de responsabilidade pelo risco.

## 17. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

- 17.1.** O objeto da presente licitação é (X) OBRA ou ( ) SERVIÇO DE ENGENHARIA, considerando o conceito de obra previsto no art. 6º da Lei nº 8.666/93, qual seja, obra é toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, e tendo em vista que, o objeto do presente é a contratação de empresa especializada na execução da obra de reforma e ampliação do CMEI Pingo de Gente.
- 17.2** Os documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de Engenharia Civil, com a emissão ART de Obra ou Serviço nº 1720251776941, o qual vai anexo.
- 17.3** Em relação aos custos unitários de referência, a planilha orçamentária utiliza como tabelas de referência SINAPI de NOVEMBRO/2025 sem desoneração, observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021. Foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil.
- 17.4** No orçamento da presente obra ou serviço, foram juntadas a planilha sintética (orçamento quantitativo) e as planilhas analíticas (composições). O documento de responsabilidade

- técnica relativo às planilhas orçamentárias consta nos autos. Para a elaboração dos orçamentos, foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas à época do projeto.
- 17.5** Foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983/2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.
- 17.6** No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária. Serão adotados os custos de referência DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme documento anexo.
- 17.7** Na presente licitação não foram juntadas as curvas ABC relativas aos insumos e serviços. Estão presentes no cronograma e orçamento da obra os macro serviços, dentro os quais os maiores valores se referem aos serviços mais relevantes da obra.
- 17.8** Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União. Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração:
- Administração central: (X) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil;  
Seguro e garantia: ( ) 1º quartil ou ( X ) médio ou ( ) 3º quartil;  
Risco: ( ) 1º quartil ou ( X ) médio ou ( ) 3º quartil;  
Despesa financeira: (X) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil;  
Lucro: ( X ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil.
- 17.9** Na presente licitação, não será adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, pois a obra em questão não possui itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra.
- 17.10** O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos e define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.
- 17.11** A exigência do registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) demonstra a qualificação técnica da empresa, garantindo que ela possua profissionais habilitados para realizar os serviços de engenharia ou arquitetura. Além disso, a exigência está em conformidade com a legislação brasileira, que estabelece a obrigatoriedade do registro para o exercício legal dessas atividades.
- 17.12** O objeto licitado possui em sua uma execução algumas fases/etapas que apresentam individualidade e que são desempenhadas por terceiros especializados, razão pela qual admite-se a subcontratação dos itens acima mencionados e dos demais itens constantes em documento disponibilizado à SELOG.
- 17.13** Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.

- 17.14** Recomenda-se a fixação, no edital, de exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o art. 69 da Lei Federal n. 14.133/21, a fim de garantir a capacidade financeira das empresas contratadas, proteger o interesse público e assegurar a eficiência e a qualidade na execução da obra.
- 17.15** Será permitida a participação de consórcios no certame licitatório.
- 17.16** Será vedada a participação de cooperativas, devido à natureza do serviço e pelo modo como é usualmente executado, havendo necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade, conforme entendimento firmado pela Súmula n. 281 do TCU.
- 17.17** Sugere-se a exigência de apresentação de garantia de execução contratual, visando proteger o interesse estatal e evitar riscos de abandono da obra ou não cumprimento das obrigações contratuais, garantindo assim a segurança e a integridade do projeto.
- 17.18** No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:
- (X) Foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
  - (X) Verificou-se se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
  - (X) Verificou-se a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949/09 e Lei n. 13.146/2015).

## **18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

- 17.1.** As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do e-mail: [planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br](mailto:planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br).
- 17.2.** As informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Logística e Contratações, por meio do e-mail: [licitacao@capanema.pr.gov.br](mailto:licitacao@capanema.pr.gov.br)
- 17.3. Dos mecanismos formais de comunicação.**
- 17.3.1.** São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:
- a) Ordem de Serviço;
  - b) Ata de Reunião;
  - c) Ofício;
  - d) Sistema de abertura de chamados;
  - e) E-mails;
  - f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.
- 17.4. Integram este instrumento os seguintes anexos:**
- a) Anexo 1 – Projeto arquitetônico;
  - b) Anexo 2 – Projeto estrutural;
  - c) Anexo 3 – Projeto elétrico;
  - d) Anexo 4 – Projeto hidrossanitário;
  - e) Anexo 5 – Projeto pluvial;

- f) Anexo 6 – ART de projeto e orçamento;
- g) Anexo 7 – Cronograma físico-financeiro;
- h) Anexo 8 – Ensaio e relatório de sondagem;
- i) Anexo 9 – Levantamento planialtimétrico e TRT;
- j) Anexo 10 – Matriz de riscos;
- k) Anexo 11 – Memória de cálculo dos quantitativos;
- l) Anexo 12 – Memorial descritivo;
- m) Anexo 13 – Memorial simplificado de prevenção a incêndios e a desastres;
- n) Anexo 14 – Orçamento quantitativo.
- o) Anexo 15 – Composições de custos 1-12;
- p) Anexo 16 – BDI.

Município de Capanema, Estado do Paraná, em 26 de novembro de 2025.

**Adriana Magnanti Lassig**  
*Secretária Municipal de Educação e Cultura*  
*Responsável pela Despesa*

**Jair Canci**  
*Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo*  
*Responsável pelo Gerenciamento da Execução da Obra*  
*Gestor da Contratação*

**Eduarda Bombardelli Lima**  
*Fiscal Técnico da Contratação*  
*Fiscal Administrativo da Contratação*

## Assinaturas

Página: 1



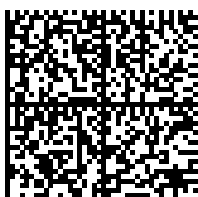
Documento: 14781/2025 - Projeto básico - CMEI Pingo de Gente - NOVO.pdf

Data: 26/11/2025 14:14:35

Assinatura avançada realizada por: JAIR CANCI em 27/11/2025 07:39:16.

Assinatura avançada realizada por: ADRIANA MAGNANTI LASSIG em 26/11/2025 18:18:24.

Assinatura avançada realizada por: EDUARDA BOMBARDELLI LIMA em 27/11/2025 10:53:56.



Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://capanemaprscp.equipiano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50> com

o código 7b055054-d5e8-43a8-993e-5507921d41d5